

Terminal XXXIX de Santos S.A.

**Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2020**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações do resultado	7
Demonstrações do resultado abrangente	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11



KPMG Auditores Independentes
Avenida Presidente Vargas, 2.121
Salas 1401 a 1405, 1409 e 1410 - Jardim América
Edifício Times Square Business
14020-260 - Ribeirão Preto/SP - Brasil
Caixa Postal 457 - CEP 14001-970 - Ribeirão Preto/SP - Brasil
Telefone +55 (16) 3323-6650
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e Administradores do
Terminal XXXIX de Santos S.A.
Santos - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Terminal XXXIX de Santos S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, do Terminal XXXIX de Santos S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.



Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.



- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto, 7 de abril de 2021

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP-027666/F

Daniel Marino de Toledo
Contador CRC 1SP249851/O-8

Terminal XXXIX de Santos S.A.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em reais - R\$)

Ativo	Nota	2020	2019	Passivo	Nota	2020	2019
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	9	34.765.911	33.019.228	Empréstimos e Financiamentos	16	52.303.934	-
Contas a receber de clientes	10	715.302	1.798.462	Fornecedores	13	9.622.291	2.157.603
Partes relacionadas	25	-	333.763	Provisões e encargos sobre a folha de pagamento	14	2.794.719	2.397.855
Estoques	11	1.516.012	1.180.642	Impostos a recolher	15	785.198	1.271.457
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		997.237	-	Imposto de renda e contribuição social	18	-	297.520
Impostos a recuperar		11.661	-	Adiantamento de clientes		1.172.200	-
Adiantamento a fornecedores		1.289.188	26.089	Instrumentos financeiros derivativos	21	4.763.018	-
Outros créditos		492.037	441.400	Passivo de arrendamento	26	4.220.107	3.915.415
Total do ativo circulante		39.787.348	36.799.584	Partes relacionadas	25	240.029	1.019.853
				Dividendos a pagar	25	7.703.929	7.703.929
				Total do passivo circulante		83.605.425	18.763.632
Não circulante				Não circulante			
Depósito judiciais		204.453	128.924	Imposto de renda e contribuição social diferidos	18	3.412.912	4.288.108
Imobilizado	12	96.092.612	24.537.289	Passivo de arrendamento	26	31.727.393	31.507.406
Intangível		16.695	33.975	Total do passivo não circulante		35.140.305	35.795.514
Direito de uso	26	34.334.118	34.586.890	Patrimônio líquido	20		
Total do ativo não circulante		130.647.878	59.287.078	Capital social		14.200.000	14.200.000
				Reservas de lucros		33.617.009	22.688.878
				Ajustes de avaliação patrimonial		3.872.487	4.638.638
				Total do patrimônio líquido		51.689.496	41.527.516
				Total do passivo		118.745.730	54.559.146
Total do ativo		170.435.226	96.086.662	Total do passivo e patrimônio líquido		170.435.226	96.086.662

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Terminal XXXIX de Santos S.A.

Demonstrações de resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em reais - R\$)

	<u>Nota</u>	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Receita operacional líquida	21	99.687.975	96.345.216
Custo dos serviços prestados	23	(57.334.430)	(62.349.996)
Lucro bruto		<u>42.353.545</u>	<u>33.995.220</u>
Despesas administrativas	23	(11.925.810)	(9.080.047)
Outras receitas operacionais	23	(12.777.794)	2.970.343
		<u>(24.703.604)</u>	<u>(6.109.704)</u>
Lucro antes do resultado financeiro		<u>17.649.941</u>	<u>27.885.516</u>
Resultado financeiro	24	(2.480.120)	(1.032.398)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		<u>15.169.821</u>	<u>26.853.118</u>
Imposto de renda e contribuição social corrente	18	(5.883.038)	(9.475.829)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18	875.197	749.601
		<u>(5.007.841)</u>	<u>(8.726.228)</u>
Lucro líquido do exercício		<u><u>10.161.980</u></u>	<u><u>18.126.890</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Terminal XXXIX de Santos S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em reais - R\$)

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Lucro líquido do exercício	10.161.980	18.126.890
Outros resultado abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente do exercício	<u><u>10.161.980</u></u>	<u><u>18.126.890</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Terminal XXXIX de Santos S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em reais - R\$)

	Nota	Reservas de lucros				Total das reservas de lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
		Capital social	Reserva para retenção de lucros	Reserva legal	Reserva para investimento				
Saldo em 31 de dezembro de 2018		14.200.000	3.769.001	2.595.074	5.190.148	11.554.223	5.350.330	-	31.104.553
Realização do custo atribuído	20.d	-	-	-	-	-	(711.692)	711.692	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	18.126.890	18.126.890
Destinações do lucro líquido:									
Reserva legal	20.b	-	-	906.345	-	906.345	-	(906.345)	-
Reserva para investimento	20.b	-	-	-	1.812.689	1.812.689	-	(1.812.689)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	20.b	-	-	-	-	-	-	(7.703.927)	(7.703.927)
Constituição da reserva de lucros		-	8.415.621	-	-	8.415.621	-	(8.415.621)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2019		14.200.000	12.184.622	3.501.419	7.002.837	22.688.878	4.638.638	-	41.527.516
Realização do custo atribuído	20.d	-	-	-	-	-	(766.151)	766.151	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	10.161.980	10.161.980
Destinações do lucro líquido:									
Reserva legal	20.b	-	-	(661.419)	-	(661.419)	-	661.419	-
Reserva para investimento	20.b	-	-	-	1.016.198	1.016.198	-	(1.016.198)	-
Constituição da reserva de lucros	20.b	-	10.573.352	-	-	10.573.352	-	(10.573.352)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2020		14.200.000	22.757.974	2.840.000	8.019.035	33.617.009	3.872.487	-	51.689.496

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Terminal XXXIX de Santos S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em Reais)

	<u>Nota</u>	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Resultado do exercício		10.161.980	18.126.890
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais			
Depreciação e amortização		2.498.636	2.439.168
Amortização do direito de uso - CPC 06 (R2)	26	2.321.158	2.286.004
Imposto de renda e contribuição social correntes	18	5.883.038	9.475.829
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18	(875.197)	(749.601)
Baixa de ativo imobilizado	12	1.118.294	709.344
Provisão para obsolescência dos estoques	11	(98.712)	154.456
Juros de passivo de arrendamento - CPC 06 (R2)	26	2.578.459	2.537.462
Variação no valor justo de instrumentos financeiros derivativos	21	4.763.018	
Juros e variação cambial s/ empréstimos e financiamentos	16	(3.996.066)	-
 (Aumento) redução nos ativos operacionais			
Redução em contas a receber de clientes		1.083.160	359.153
Redução em partes relacionadas		333.763	-
(Aumento) em estoques		(236.658)	(118.464)
(Aumento) em impostos a recuperar		(1.008.898)	-
(Aumento) redução em adiantamento a fornecedores		(1.263.099)	82.364
(Aumento) em depósitos judiciais		(75.529)	(9.066)
(Aumento) em outros créditos		(50.635)	(32.403)
 Aumento (redução) nos passivos operacionais			
Aumento (redução) em fornecedores	28	79.367	(770.357)
Aumento em provisões e encargos sobre a folha de pagamento		396.864	248.911
(Redução) em impostos a recolher		(486.259)	(521.948)
Aumento em adiantamento de clientes		1.172.200	-
(Redução) aumento em partes relacionadas		(779.824)	879.281
 Caixa gerado pelas atividades operacionais		23.519.060	35.097.023
 Pagamento de juros sobre arrendamentos	26	(1.543.708)	(1.450.073)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(6.180.558)	(10.521.525)
 Fluxo de caixa líquido decorrente das atividades operacionais		<u>15.794.794</u>	<u>23.125.425</u>
Fluxo de caixa de atividades de investimentos			
Aquisição de imobilizado	12	(67.769.652)	(2.574.931)
 Fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		<u>(67.769.652)</u>	<u>(2.574.931)</u>
Fluxo de caixa de atividades de financiamentos			
Empréstimos e financiamentos	16	56.300.000	-
Pagamento de passivo de arrendamento	26	(2.578.459)	(2.537.462)
Pagamento de dividendos		-	(3.040.408)
 Fluxo de caixa (aplicado nas) proveniente das atividades de financiamentos		<u>53.721.541</u>	<u>(5.577.870)</u>
		<u>1.746.683</u>	<u>14.972.624</u>
Aumento do caixa e equivalentes de caixa			
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	9	33.019.228	18.046.604
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	9	34.765.911	33.019.228
Aumento do caixa e equivalentes de caixa		<u>1.746.683</u>	<u>14.972.624</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em Reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)

1 Contexto operacional

O Terminal XXXIX de Santos S.A. (“Companhia”) está localizado na cidade de Santos - SP e tem como objeto social a exploração e operação de terminal portuário para graneis sólidos na área onde se localiza o Armazém XXXIX do Porto de Santos (“Terminal”). A Companhia possui contrato de exploração com a Santos Port Authority (“SPA”) (anteriormente Sociedade de Docas do Estado de São Paulo (“CODESP”)) com prazo de 25 anos, iniciado em 16 de outubro de 2000, sendo prorrogável por uma única vez, por prazo máximo igual ao originalmente contratado de 25 anos, mediante solicitação por escrito da Companhia. Em 1º de julho de 2015, a Companhia protocolou e apresentou à Secretaria Especial de Portos - SEP, o Plano de Investimentos Revisado, pedindo a recomposição do equilíbrio do contrato com a renovação antecipada do contrato por mais 25 anos, a partir de 2025. Em 27.03.2018 foi assinado o 2º Termo Aditivo ao Contrato 01/97-A, onde o contrato foi prorrogado até 16.10.2050 condicionado a realização dos investimentos para equipar o Berço 37, bem como a expansão da capacidade de armazenagem saindo das atuais 135.000 mil toneladas para 247.000 mil toneladas, contando com equipamentos modernos para operação e proteção ao meio ambiente.

Em 2020 em função da Pandemia do Coronavírus – COVID-19, elencamos abaixo os principais impactos:

- A Companhia constituiu um grupo de contingência adotando várias medidas de proteção para os colaboradores, permitindo que as operações continuassem normalmente mesmo em um cenário adverso instaurado pela pandemia;
- Escassez de insumos no qual destacamos a dificuldade de adquirir máscaras PFF1, utilizadas em nossa operação;
- A Companhia foi impactada com a redução do quadro de funcionários, havendo a necessidade de afastamento de alguns, por fazerem parte do grupo de risco, tanto por idade quanto por comorbidades, além dos que foram infectados;
- Os custos adicionais para cumprimento das exigências sanitárias totalizou R\$ 317.454;
- Apesar da Pandemia ter causado aumento nos gastos, não houve impactos significativos no resultado da Companhia;
- Prova da normalização nas operações foi o novo recorde atingido pela Companhia, onde a movimentação realizada no ano foi de 2.965.469 tons, de um volume esperado de 2.600.000 tons;
- Não houve alteração relevante com relação as premissas contábeis;

A Companhia efetua pagamentos mensais à SPA e possui os seguintes compromissos, com base em tabelas específicas estabelecidas pelas autoridades portuárias, dos seguintes valores:

- (a) R\$ 5.455,8275 a cada seis horas de permanência do navio atracado no berço.
- (b) R\$ 4,157895 até julho de 2019, por tonelada embarcada referente a uso do berço
- (c) R\$ 1,145 por tonelada embarcada referente a Movimentação Bx e manutenção de equipamentos.

- (d) R\$ 0,1098 por kwh de energia elétrica utilizada da Tab V 2.2 fixa e 0,6415, em média, de energia Média/Alta.
- (e) R\$ 21.160,00 mensais aproximadamente por consumo de água.
- (f) R\$ 127.224,40 de aluguel (fixo).
- (g) R\$ 29.842,11 de condomínio (fixo).

Com a assinatura do novo aditivo, o compromisso de Movimentação Mínima Contratual - MMC para embarque será escalonado conforme cláusula sétima, partindo de 1.832.611 toneladas em 2017 até o limite de 4.200.070 toneladas para o ano de 2034. O não cumprimento das condições estipuladas na MMC, ou de qualquer outra cláusula contratual (sendo as principais a apresentação de demonstrações financeiras anuais auditadas até 30 de abril de cada ano subsequente ao encerramento do exercício; obtenção e manutenção das certificações ISO 9001, 14001 e 18001; apólices de seguros com coberturas de responsabilidade civil e danos materiais em geral; e apresentação de garantia de aluguel e tarifas Portuárias para Atracação de Navios), fica sujeito à intervenção no arrendamento da Companhia desde que não tenha causas justificadoras. Existe também o compromisso de que as instalações em exploração e os bens de propriedade da SPA, ora em utilização pela Companhia, deverão ser mantidos em perfeitas condições de uso.

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, a Companhia, com o objetivo de atender o 2º Termo Aditivo ao Contrato 01/97-A, o qual previa a realização de investimentos para equipar o Berço 37, bem como a expansão da capacidade de armazenagem saindo das atuais 135.000 mil toneladas para 247.000 mil toneladas, contando com equipamentos modernos para operação e proteção ao meio ambiente captou o montante de R\$ 56.300 mil de capital de giro para suprir estas necessidades de investimento. Esta captação teve característica de curto prazo, fazendo com que a Companhia, no encerramento do exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 apresentasse capital circulante líquido negativo de R\$ 43.818.077.

No entanto, como parte do processo de expansão, a Companhia está em fase adiantada de negociação para a contratação de empréstimo junto ao Inter-American Investment Corporation (“IDB Invest”) no montante de R\$ 223.000 mil para suprimento do atual desencaixe de capital circulante líquido, bem como manutenção do seu processo de expansão. Este novo fluxo contratual tem prazo previsto de amortização de 11 anos. A Companhia conta também com o suporte financeiro dos seus controladores o qual tem permitido e estão comprometidos a continuar permitindo a execução de seus planos de negócio.

2 Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

a. Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC)

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) que seguem os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

A emissão dessas demonstrações financeiras da Companhia foi autorizada pela Diretoria em 7 de abril de 2021. Após sua emissão, somente os acionistas tem o poder de alterar as demonstrações financeiras.

Detalhes sobre as principais políticas contábeis da Companhia estão apresentadas na nota explicativa nº 7.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o valor mais próximo em reais, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a. Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação de políticas contábeis que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa nº 21** - Instrumentos financeiros: classificação de instrumentos financeiros; e
- **Nota explicativa nº 7 (g), e 26** - Operações e classificações de arrendamento mercantil: determinação se um contrato contém um arrendamento ou não.

b. Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2020 estão incluídas na seguinte nota explicativa:

- **Nota explicativa nº 18** - Reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados. Ativos e passivos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados;

(i) Mensuração a valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração dos valores justos. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo.

A Companhia revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se a informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizado para mensurar os valores justos, então a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos do CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- **Nível 2:** *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3:** *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na nota explicativa nº 21 - Instrumentos financeiros.

5 Mudanças nas principais políticas contábeis às novas normas CPC's e interpretações

As alterações ao CPC 15, sobre definição de um negócio e alterações ao CPC 48, 38 e 40 sobre a Reforma da taxa de Juros de Referência a partir de 1º de janeiro de 2020 não afetaram materialmente as demonstrações financeiras da Companhia.

6 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado, reconhecidos nos balanços patrimoniais.

7 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

a. Receita operacional

A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado com base no estágio de conclusão do serviço na data de apresentação das demonstrações financeiras. O estágio de conclusão é avaliado por referência ao término dos embarques efetuados.

O momento correto da transferência de riscos e benefícios varia dependendo das condições individuais do contrato de venda.

b. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem:

- Variações cambiais e monetárias passivas;
- Variações cambiais e monetárias ativas; e
- Rendimentos de aplicações financeiras, líquidos.

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado através do método dos juros efetivos.

c. Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

d. Benefícios a empregados

Plano de contribuição definida

As obrigações por contribuições aos planos de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas com pessoal quando os serviços relacionados são prestados pelos empregados. As contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na extensão em que um reembolso de caixa ou uma redução em pagamentos futuros seja possível.

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

e. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240.000 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para a contribuição social sobre o lucro líquido.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende as parcelas correntes e diferidas. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(i) *Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente*

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber calculado sobre o lucro ou o prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. É mensurado com base nas taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data do balanço.

Os impostos correntes ativo e passivo são compensados somente se alguns critérios forem atendidos.

(ii) *Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido*

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas na extensão em que seja provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

A mensuração do imposto diferido reflete as consequências tributárias que seguiriam a maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos.

Os impostos diferidos ativo e passivo são compensados somente se alguns critérios forem atendidos.

f. *Imobilizado*

(i) *Reconhecimento e mensuração*

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

(ii) Custos subsequentes

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança.

(iii) Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Terrenos não são depreciados.

As taxas médias anuais, do ativo imobilizado para os exercícios são as seguintes:

	média ponderada - %
Móveis e utensílios	9,57
Instalações	10,00
Máquinas e equipamentos	6,50
Veículos	20,00
Equipamentos e periféricos de informática	20,00
Construção civil	2,38
Sistema de recebimento	8,57
Sistema de expedição	6,03
Energização	5,43
Linhas férreas	4,35
Máquinas e equipamentos - área comum	3,70
Direito de uso	20,00

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

g. Concessões

A Companhia possui concessões de serviços públicos decorrentes do contrato de arrendamento, conforme nota explicativa nº 1. A Companhia atua sob o regime de concessão, entretanto, suas atividades não se enquadram nos requerimentos das interpretações técnicas ICPCs 01 e 17 - Contratos de Concessão, em virtude dos preços dos serviços prestados não serem regulamentados e/ou controlados pelo poder concedente.

h. Arrendamentos

No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a Companhia utiliza a definição de arrendamento no CPC 06(R2).

Esta política é aplicada aos contratos celebrados a partir de 1º de janeiro de 2019.

(i) Como arrendatário

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, a Companhia

optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente.

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. Geralmente, a Companhia usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto.

A Companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte:

- pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência;
- pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mensurados utilizando o índice ou taxa na data de início;
- valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e
- o preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar sua avaliação se

exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

A Companhia apresenta ativos de direito de uso que não atendem à definição de propriedade para investimento em "ativo imobilizado" e passivos de arrendamento em "empréstimos e financiamentos" no balanço patrimonial.

Arrendamentos de ativos de baixo valor

A Companhia optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, incluindo equipamentos de TI. A Companhia reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento. Os incentivos recebidos foram reconhecidos como parte integrante do custo total do arrendamento, durante o prazo do arrendamento.

i. Instrumentos financeiros

Reconhecimento e mensuração inicial

As contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. As contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento são mensuradas inicialmente ao preço da operação.

Classificação e mensuração subsequente

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais;
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes (“ORA”). Essa escolha é feita investimento por investimento.

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros - Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o ‘principal’ é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os ‘juros’ são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros, caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Instrumentos de dívida a VJORA

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.

Instrumentos patrimoniais a VJORA

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado.

Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Capital social

As ações do capital social da Companhia são classificadas como patrimônio líquido.

O montante relativo aos dividendos mínimos obrigatórios é reconhecido como passivo nas demonstrações financeiras da Companhia ao final do exercício.

j. Redução ao valor recuperável (*Impairment*)

(i) Ativos financeiros não-derivativos

Instrumentos financeiros e ativos contratuais

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- ativos financeiros mensurados ao custo amortizado; e
- ativos de contrato.

A Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:

- títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e
- outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (“*forwardlooking*”).

A Companhia presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 30 dias de atraso. A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

- é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito da Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou
- o ativo financeiro estiver vencido há mais de 90 dias.

A Companhia considera que um título de dívida tem um risco de crédito baixo quando a sua classificação de risco de crédito é equivalente à definição globalmente aceita de “grau de investimento”:

- As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro;
- As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses).

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposta ao risco de crédito.

Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos a Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber).

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao VJORA estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias;
- reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial.

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Para títulos de dívida mensurados ao VJORA, a provisão para perdas é debitada no resultado e reconhecida em ORA.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais, a Companhia adota a política de baixar o valor contábil bruto quando o ativo financeiro está vencido há 180 dias com base na experiência histórica de recuperação de ativos similares. Com relação a clientes corporativos, a Companhia faz uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. A Companhia não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos.

Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, estoques e ativos fiscais diferidos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (“UGC”), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

k. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

8 Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2020. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras.

(a) Contratos onerosos – custos para cumprir um contrato

As alterações especificam quais os custos que uma entidade inclui ao determinar o custo de cumprimento de um contrato com o objetivo de avaliar se o contrato é oneroso. As alterações aplicam-se a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2022 para contratos existentes na data em que as alterações forem aplicadas pela primeira vez. Na data da aplicação inicial, o efeito cumulativo da aplicação das alterações é reconhecido como um ajuste do saldo de abertura em lucros acumulados ou outros componentes do patrimônio líquido, conforme apropriado. Os comparativos não são rerepresentados.

(b) Reforma da taxa de juros de referência – Fase 2 (alterações ao CPC48, CPC 38, CPC 40, CPC 11 e CPC 06).

As alterações tratam de questões que podem afetar as demonstrações financeiras como resultado da reforma da taxa de juros de referência, incluindo os efeitos de mudanças nos fluxos de caixa contratuais ou relações de hedge decorrentes da substituição da taxa de juros de referência por uma taxa de referência alternativa. As alterações fornecem expediente prático para certos requisitos do CPC 48, CPC 38, CPC 40, CPC 11 e CPC 06 relacionados a:

- mudanças na base de determinação dos fluxos de caixa contratuais de ativos financeiros, passivos financeiros e passivos de arrendamento; e
- contabilidade de hedge.

(i) Mudança na base para determinação dos fluxos de caixa

As alterações exigirão que uma entidade contabilize a alteração na base de determinação dos fluxos de caixa contratuais de um ativo financeiro ou passivo financeiro que é exigida pela reforma da taxa de juros de referência atualizando a taxa de juros efetiva do ativo financeiro ou passivo financeiro.

(ii) Contabilidade de hedge

As alterações fornecem exceções aos requerimentos de contabilidade de hedge nas seguintes áreas:

- Permitir a alteração da designação de uma relação de hedge para refletir as mudanças que são exigidas pela reforma.
- Quando um item objeto de hedge em um hedge de fluxo de caixa é alterado para refletir as mudanças exigidas pela reforma, o valor acumulado na reserva de hedge de fluxo de caixa será considerado com base na taxa de referência alternativa na qual os fluxos de caixa futuros objeto de hedge estão determinados.
- Quando um grupo de itens é designado como um item objeto de hedge e um item do grupo é alterado para refletir as mudanças que são exigidas pela reforma, os itens objeto de hedge são alocados a subgrupos com base nas taxas de referência que estão sendo objeto de hedge.
- Se uma entidade espera razoavelmente que uma taxa de referência alternativa será separadamente identificável dentro de um período de 24 meses, ela não está proibida de designar a taxa como um componente de risco não contratualmente especificado se não for separadamente identificável na data de designação.

(c) Outras Normas

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

- Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 (alteração ao CPC 06).
- Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27).
- Referência à Estrutura Conceitual (alterações ao CPC 15).

- Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (alterações ao CPC 26).

9 Caixa e equivalentes de caixa

	2020	2019
Caixa e bancos	6.626	945.737
Aplicações financeiras (i)	34.759.285	32.073.491
	34.765.911	33.019.228

- (i) As aplicações financeiras representadas por títulos de renda fixa são remuneradas a 100% da variação do CDI - Certificado de Depósito Interbancário, (100% da variação do CDI – Certificado de Depósito Interbancário em 2019), os quais apresentam liquidez diária e possuem prazo de carência para resgate inferior a 90 dias a partir da data de aplicação.

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota explicativa nº 21.

10 Contas a receber de clientes

	2020	2019
Contas a receber de clientes	715.302	1.798.462

Em 31 de dezembro de 2020 o saldo de contas a receber de clientes está substancialmente menor em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019 em função do volume embarcado, com recebimento em aberto, no final do mês de dezembro de cada ano. Em dezembro de 2020 ainda não tinham sido recebidos os faturamentos equivalentes à 17.662 tons embarcadas, contra 49.776 tons em dezembro de 2019.

A exposição da Companhia a riscos de crédito, moeda e perdas por redução no valor recuperável relacionadas a contas a receber de clientes é divulgada na nota explicativa nº 21.

11 Estoques

	2020	2019
Materiais de almoxarifado	1.817.987	1.581.329
(-) Provisão para obsolescência	(301.975)	(400.687)
	1.516.012	1.180.642

A movimentação da provisão para obsolescência está demonstrada a seguir:

	2020	2019
Saldo inicial	400.687	246.231
Adições / Reversões	(98.712)	154.456
Saldo final	301.975	400.687

12 Imobilizado

a. Composição do imobilizado

	2020			2019		
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Móveis e utensílios	431.479	(255.942)	175.537	424.053	(225.233)	198.821
Instalações	387.935	(185.215)	202.720	387.935	(155.410)	232.524
Máquinas e equipamentos	3.368.474	(3.027.214)	341.260	3.874.633	(3.238.903)	635.731
Veículos	171.672	(77.123)	94.549	171.672	(42.789)	128.884
Equipamentos e periféricos de informática	261.103	(161.088)	100.015	199.612	(137.784)	61.828
Construção civil	18.856.134	(8.494.239)	10.361.895	18.905.588	(8.161.787)	10.743.801
Sistema de recebimento	14.322.648	(10.782.232)	3.540.416	14.296.941	(9.879.835)	4.417.107
Sistema de expedição	16.324.356	(12.957.767)	3.366.589	16.519.355	(12.419.542)	4.099.814
Energização	1.301.488	(1.271.434)	30.054	1.301.488	(1.266.393)	35.095
Linha férrea	4.473.440	(2.239.494)	2.233.946	4.473.440	(2.049.445)	2.423.996
Máquinas e equipamentos - área comum	1.606.766	(1.017.604)	589.162	1.606.766	(978.320)	628.445
Máquinas e equipamentos - Meio Ambiente	556.848	(556.848)	-	556.848	(538.104)	18.742
Outros Imobilizados em andamento	16.950	-	16.950	-	-	-
I. A. Proj.Exp. Fase 1 - 1.1 Obras Cíveis	12.465.159	-	12.465.159	-	-	-
I. A. Proj.Exp. Fase 1 - 1.2 Equip. Mecânicos	55.960.229	-	55.960.229	912.500	-	912.500
I. A. Proj.Exp. Fase 1 - 1.2 Elétrica Automação	6.614.131	-	6.614.131	-	-	-
	<u>137.118.813</u>	<u>(41.026.200)</u>	<u>96.092.612</u>	<u>63.630.831</u>	<u>(39.093.542)</u>	<u>24.537.289</u>

b. Movimentação do custo

	2019				2020
	Custo	Adições (i)	Baixas	Transferência	Custo
Móveis e utensílios	424.053	7.639	(213)	-	431.479
Instalações	387.935	-	-	-	387.935
Máquinas e equipamentos	3.874.633	-	(506.159)	-	3.368.474
Veículos	171.672	-	-	-	171.672
Equipamentos e periféricos de informática	199.612	65.160	(3.669)	-	261.103
Construção civil	18.905.588	-	(49.454)	-	18.856.134
Sistema de recebimento	14.296.941	25.707	-	-	14.322.648
Sistema de expedição	16.519.355	-	(194.999)	-	16.324.356
Energização	1.301.488	-	-	-	1.301.488
Linha férrea	4.473.440	-	-	-	4.473.440
Máquinas e equipamentos - área comum	1.606.766	-	-	-	1.606.766
Máquinas e equipamentos - Meio Ambiente	556.848	-	-	-	556.848
Outros Imobilizados em andamento	-	16.950	-	-	16.950
I. A. Proj.Exp. Fase 1 - 1.1 Obras Cíveis	-	12.465.159	-	-	12.465.159
I. A. Proj.Exp. Fase 1 - 1.2 Equip. Mecânicos	912.500	55.960.229	(912.500)	-	55.960.229
I. A. Proj.Exp. Fase 1 - 1.2 Elétrica Automação	-	6.614.132	-	-	6.614.132
	63.630.831	75.154.976	(1.666.994)	-	137.118.813
	2018				2019
	Custo	Adições	Baixas	Transferência	Custo
Móveis e utensílios	381.619	46.319	(3.885)	-	424.053
Instalações	295.182	107.786	(15.033)	-	387.935
Máquinas e equipamentos	3.954.000	-	(79.367)	-	3.874.633
Veículos	155.098	90.738	(74.164)	-	171.672
Equipamentos e periféricos de informática	186.040	34.620	(21.048)	-	199.612
Construção civil	18.905.588	-	-	-	18.905.588
Sistema de recebimento	12.935.533	1.361.408	(459.850)	459.850	14.296.941
Sistema de expedição	16.519.355	-	-	-	16.519.355
Energização	1.301.488	-	-	-	1.301.488
Linha férrea	4.473.440	-	-	-	4.473.440
Máquinas e equipamentos - área comum	1.606.766	-	-	-	1.606.766

Terminal XXXIX de Santos S.A.
Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2020

Máquinas e equipamentos - Meio Ambiente	556.848	-	-	-	556.848
Outros Imobilizados em andamento	725.068	21.560	(286.778)	(459.850)	-
I. A. Proj.Exp. Fase 1 - 1.2 Equip. Mecanicos	-	912.500	-	-	912.500
	<u>61.996.025</u>	<u>2.574.931</u>	<u>(940.125)</u>	<u>-</u>	<u>63.630.831</u>

- (i) Transações de investimento que não envolvem o uso de caixa ou equivalentes de caixa não devem ser incluídas na demonstração dos fluxos de caixa, como por exemplo a aquisição de ativos pela assunção direta do passivo respectivo. Abaixo demonstrativo das aquisições:

	2020	2019
Aquisições do Imobilizado	75.154.973	2.574.931
Aquisições do Imobilizado em aberto fornecedores	(7.385.321)	-
	<u>67.769.652</u>	<u>2.574.931</u>

Movimentação da depreciação acumulada

	2019				2020
	Depreciação Acumulada	Adições	Baixas	Transferência	Depreciação Acumulada
Móveis e utensílios	(225.233)	(30.922)	213	-	(255.942)
Instalações	(155.410)	(29.805)	-	-	(185.215)
Máquinas e equipamentos	(3.238.903)	(124.167)	335.856	-	(3.027.214)
Veículos	(42.789)	(34.334)	-	-	(77.123)
Equipamentos e periféricos de informática	(137.784)	(26.973)	3.669	-	(161.088)
Construção civil	(8.161.787)	(346.416)	13.964	-	(8.494.239)
Sistema de recebimento	(9.879.835)	(902.397)	-	-	(10.782.232)
Sistema de expedição	(12.419.542)	(733.225)	195.000	-	(12.957.767)
Energização	(1.266.393)	(5.041)	-	-	(1.271.434)
Linha férrea	(2.049.445)	(190.049)	-	-	(2.239.494)
Máquinas e equipamentos - área comum	(978.320)	(39.284)	-	-	(1.017.604)
Máquinas e equipamentos - Meio Ambiente	(538.101)	(18.747)	-	-	(556.848)
	<u>(39.093.542)</u>	<u>(2.481.360)</u>	<u>548.702</u>	<u>-</u>	<u>(41.026.200)</u>

Terminal XXXIX de Santos S.A.
Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2020

	2018				2019
	Depreciação Acumulada	Adições	Baixas	Transferência	Depreciação Acumulada
Móveis e utensílios	(199.403)	(29.231)	3.401	-	(225.233)
Instalações	(144.922)	(25.521)	15.033	-	(155.410)
Máquinas e equipamentos	(3.172.855)	(128.808)	62.760	-	(3.238.903)
Veículos	(86.340)	(30.612)	74.163	-	(42.789)
Equipamentos e periféricos de informática	(141.353)	(17.478)	21.047	-	(137.784)
Construção civil	(7.815.205)	(346.582)	-	-	(8.161.787)
Sistema de recebimento	(9.171.126)	(764.877)	-	-	(9.879.835)
Sistema de expedição	(11.686.318)	(733.224)	-	-	(12.419.542)
Energização	(1.261.352)	(5.041)	-	-	(1.266.393)
Linha férrea	(1.859.395)	(190.050)	-	-	(2.049.445)
Máquinas e equipamentos - área comum	(939.037)	(39.283)	-	-	(978.320)
Máquinas e equipamentos - Meio Ambiente	(432.298)	(105.803)	-	-	(538.101)
	<u>(36.909.604)</u>	<u>(2.416.510)</u>	<u>176.404</u>	<u>-</u>	<u>(39.093.542)</u>

c. Custo atribuído

A Companhia optou pela aplicação do custo atribuído na adoção inicial do pronunciamento técnico CPC 27 - Ativo Imobilizado, conforme previsto na interpretação técnica ICPC 10 - Ativo Imobilizado. As respectivas avaliações estão suportadas por laudo técnico de avaliação realizado por empresa especializada independente e as taxas de depreciação dos bens avaliados foram determinadas com base na estimativa da vida útil revisada dos bens. O custo atribuído constituído, líquido dos efeitos fiscais aplicáveis, está sendo realizado a crédito de lucros acumulados, em função da depreciação ou baixa dos respectivos ativos que lhe deram origem. O saldo do imposto de renda e contribuição social diferido sobre o custo atribuído, em 31 de dezembro de 2020, totaliza R\$ 1.994.917, classificado no passivo não circulante, na rubrica “Imposto de renda e contribuição social diferidos”. Veja nota explicativa 18.

d. Análise sobre o valor de recuperação dos ativos (“impairment”)

A Administração revisou o valor contábil do imobilizado a ser mantido e utilizado nas operações da Companhia, com o objetivo de determinar e avaliar a deterioração em bases periódicas ou eventos ou mudanças nas circunstâncias que indiquem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos não poderá ser recuperado. Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a Administração não identificou necessidade de constituição de provisão para perda (“impairment”) de seus ativos.

13 Fornecedores

	2020	2019
Tarifas portuárias relacionadas a embarque de navios	949.335	978.893
Serviços de manutenção	240.204	477.448
Despesas de vigilância patrimonial	1.371	57.509
Benefícios funcionários	309.044	287.510
Locação de pás carregadeiras	-	1.434
Gastos com o projeto de expansão	7.740.315	-
Outros	382.022	354.810
	9.622.291	2.157.603

14 Provisões e encargos sobre folha de pagamento

	2020	2019
Férias a pagar	1.712.618	1.500.864
Ordenados a pagar	350.739	314.111
INSS a recolher	364.619	304.258
FGTS a recolher	108.207	95.659
IRRF s/ salários	145.052	102.190
INSS sobre serv. Prest. Terceiros	57.860	23.197
Outros	55.624	57.575
	2.794.719	2.397.855

15 Impostos a recolher

	2020	2019
COFINS a recolher	303.836	578.967
PIS a recolher	65.822	125.451
ISS s/ faturamento	257.392	460.444
ISS Retido Serv. terceiros	57.546	36.702
Retenções Lei nº 10.833	67.740	50.573
Outros	32.863	19.321
	785.198	1.271.457

16 Empréstimos e financiamentos

Modalidade	Encargos financeiros	Vencimento	2020	2019
Capital de giro	2,5% a.a	2021	52.303.934	-
Total			52.303.934	-
Circulante			52.303.934	-
Não circulante			-	-

Os contratos de empréstimos realizados pela Companhia não possuem cláusulas restritivas “covenants”.

O respectivo contrato está garantido por aval dos acionistas.

a. Termos e cronograma de amortização da dívida

Trata-se de operação 4131 – empréstimo ponte, com duração de 6 meses, cujo vencimento se dará em 30 de março de 2021.

Os empréstimos e financiamentos possuem os seguintes vencimentos:

31 de dezembro de 2020	Valor contábil	12 meses	13 a 24 meses	Acima de 24 meses
Empréstimos e financiamentos	52.303.934	52.303.934	-	-

31 de dezembro de 2019	Valor contábil	12 meses	13 a 24 Meses	Acima de 24 meses
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	-

b. Conciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa decorrentes de atividade de financiamento

	2020	2019
Saldo em 1º de janeiro	-	-
Variações dos fluxos de caixa de financiamento		
Captação de empréstimos e financiamentos	56.300.000	-
Juros incorridos	336.934	-
Varição cambial ativa	(4.333.000)	-
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	52.303.934	-

17 Plano de previdência privada

A Companhia contribui como patrocinadora, e seus funcionários também contribuem, para um plano de aposentadoria de contribuição definida, instituído em 1º de janeiro de 2004 e administrado pela BrasilPrev Seguros e Previdência S.A. (“BrasilPrev”), denominado Plano Renda Total Terminal XXXIX Prev, cujas reservas são atualizadas financeiramente e não por meio de cálculos atuariais.

Compete à Companhia o pagamento das contribuições e à BrasilPrev a constituição de todas as reservas necessárias ao compromisso assumido com o pagamento do benefício a partir da ocorrência do evento gerador, não gerando passivo atuarial para a Companhia. O plano, com os quais a companhia mantém contrato são VGBL (Vida Gerador de Benefícios Livres) e PGBL (Plano Gerador de Benefícios Livres), os quais tem as seguintes definições básicas:

- (a) Benefícios: aposentadoria por sobrevivência, podendo a renda mensal ser vitalícia, temporária, vitalícia com prazo mínimo garantido ou vitalícia reversível ao cônjuge ou companheiro(a).
- (b) O benefício-alvo de aposentadoria por sobrevivência no plano contratado na modalidade de contribuição definida será o resultado da transformação em renda do montante de reserva acumulada durante o período de contribuição ao plano.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Companhia contribuiu com aproximadamente R\$ 150.954 (R\$ 167.062 em 31 de dezembro de 2019).

18 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

a. Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos apresentados no balanço patrimonial

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e seu respectivo valor contábil.

O imposto de renda e a contribuição social diferido têm a seguinte origem:

	2020	2019	Resultado
Variação cambial líquida por regime de caixa	(1.473.220)	-	(1.473.220)
Instrumentos financeiros derivativos	1.619.426	-	1.619.426
Provisão de Mão-de-Obra Ogmo	29.199	-	29.199
Provisão para obsolescência dos estoques	102.671	136.234	(33.562)
Efeitos do passivo de arrendamento - CPC 06	548.550	284.216	264.333
Custo atribuído do ativo imobilizado e diferença na depreciação fiscal e econômica	(4.239.538)	(4.708.558)	469.020
Imposto de renda e contribuição social diferidos passivos, líquidos	(3.412.912)	(4.288.108)	875.197

A Administração considera que os ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias serão realizados na proporção da resolução final dos eventos.

b. Conciliação entre a alíquota nominal do imposto de renda e da contribuição social e a alíquota efetiva

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas com a despesa de imposto de renda e contribuição social em resultado é demonstrada como segue:

	2020	2019
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	15.169.821	26.853.118
Alíquota nominal	34%	34%
Despesa de imposto de renda e contribuição social pela alíquota nominal	(5.157.739)	(9.130.060)
Reconciliação para a alíquota efetiva:		
Outras diferenças permanentes	149.898	403.832
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	(5.007.841)	(8.726.228)
Representados por:		
Imposto de renda e contribuição social correntes	(5.883.038)	(9.475.829)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	875.197	749.601
	(5.007.841)	(8.726.228)
Alíquota efetiva	33%	32%

19 Riscos fiscais, cíveis e trabalhistas

A Companhia está sujeita a riscos relacionados a assuntos de natureza cível, trabalhista e tributária, advindos do curso normal de suas operações. De acordo com a legislação fiscal vigente, as declarações de imposto de renda da Companhia dos últimos cinco exercícios e os impostos e as contribuições sociais permanecem sujeitos à revisão pelos órgãos competentes por períodos variáveis de tempo.

Riscos possíveis

A Companhia ainda é parte em processos trabalhistas e cíveis em andamento, advindos do curso normal de suas operações, classificados como de risco de perda possível pelos seus assessores jurídicos, para os quais não foi constituída provisão. Tais processos totalizam aproximadamente R\$ 2.030.372 em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 25.000 em 2019). O aumento de processos cuja probabilidade de êxito foi classificada como possível refere-se a auto de infração emitido pela Prefeitura Municipal de Santos referente a cobrança de Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU.

Riscos prováveis

Não existem processos com risco provável de perda.

20 Patrimônio Líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o capital social está representado por 14.200.000 ações ordinárias, sendo 7.100.000 ações classe “A” e 7.100.000 ações classe “B”, nominativas, sem valor nominal com preço de emissão de R\$ 1 cada na data de emissão.

b. Reservas de lucros

Reserva legal

Constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. Porém por ter excedido o limite de 20% em 2019, em 2020 além de não ter sido constituída, o valor excedido foi revertido para Reserva de Lucros.

Reserva para investimento

Constituída à razão de 10% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do Estatuto Social, destinada exclusivamente às reformas, recuperações, modernizações, ampliações e outras despesas eventuais, até o limite de 10% da receita bruta do exercício.

Reserva para retenção de lucros

A destinação dessa reserva para distribuição de dividendos ou investimentos, será deliberada por ocasião da Assembleia Geral Ordinária e/ou Extraordinária.

c. Dividendos

O estatuto social determina a distribuição de dividendo mínimo de 50% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. A distribuição do lucro será deliberada por ocasião da Assembleia Geral Ordinária. No exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, por anuência dos acionistas, não houve a constituição de dividendos mínimos obrigatórios tendo em vista o projeto de expansão do terminal, em cumprimento ao 2º Termo Aditivo ao Contrato 01/97-A. A manutenção dos dividendos mínimos obrigatórios em reserva de lucros e reserva de expansão será ratificada na assembleia geral ordinária em abril de 2021.

	31/12/2020	31/12/2019
Lucro líquido do exercício	10.161.980	18.126.891
(-) Constituição de reserva legal - 5%	-	(906.345)
(-) Constituição de reserva para investimento - 10%	<u>(1.016.198)</u>	<u>(1.812.689)</u>
Base de cálculo de dividendos mínimos obrigatórios	9.145.782	15.407.857
Dividendos mínimos obrigatórios - 50%	<u>-</u>	<u>7.703.928</u>

d. Ajustes de avaliação patrimonial

Custo atribuído ao imobilizado

Composto pela reserva de reavaliação constituída em exercícios anteriores em decorrência da reavaliação de ativos próprios e pela avaliação patrimonial efetuada para aplicação do custo atribuído. Em decorrência da aplicação da interpretação técnica ICPC 10 - Interpretação sobre a Aplicação Inicial do Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimento, os saldos de reserva de reavaliação foram transferidos para a conta "Ajustes de avaliação patrimonial" a fim de compor o novo saldo de custo atribuído do ativo imobilizado líquido dos tributos diferidos.

21 Instrumentos financeiros e gestão de risco

a. Classificação contábil e valores justos

Demonstração dos instrumentos financeiros em suas respectivas classificações por categorias

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

Em 31 de dezembro de 2020	Ativos financeiros a custo amortizado	Total
Ativos financeiros não-mensurados ao valor justo		
Caixa e equivalentes de caixa	6.626	6.626
Aplicações financeiras	34.759.285	34.759.285
Contas a receber de clientes	715.302	715.302
Adiantamento a fornecedores	1.289.188	1.289.188
Outros créditos	492.035	492.035
Total	37.262.437	37.262.437

	Outros passivos financeiros	Total	Valor Justo Nível 2
Passivos financeiros não-mensurados ao valor justo			
Fornecedores	9.622.291	9.622.291	-
Partes relacionadas	7.943.958	7.943.958	-
Empréstimos e Financiamentos	52.303.934	52.303.934	52.303.934
Passivo de arrendamento	35.947.499	35.947.499	35.947.499
Total	105.817.682	105.817.682	88.251.433

	Designados ao valor justo por meio do resultado	Total	Valor Justo Nível 2
Passivos financeiros mensurados ao valor justo			
Instrumentos financeiros derivativos	4.763.018	4.763.018	4.763.018
Total	4.763.018	4.763.018	4.763.018

Em 31 de dezembro de 2019	Ativos financeiros a custo amortizado	Total
Ativos financeiros não-mensurados ao valor justo		
Caixa e equivalentes de caixa	945.737	945.737
Aplicações financeiras	32.073.491	32.073.491
Contas a receber de clientes	2.132.225	2.132.225
Adiantamento a fornecedores	26.089	26.089
Outros créditos	441.400	441.400
Total	35.618.942	35.618.942

Passivos financeiros não-mensurados ao valor justo	Outros passivos financeiros	Total	Valor Justo Nível 2
Fornecedores	2.157.603	2.157.603	-
Partes relacionadas	8.723.782	8.723.782	-
Passivo de arrendamento	35.422.821	35.422.821	35.422.821
Total	46.304.206	46.304.206	35.422.821

Para todas as operações apresentadas no quadro acima, a Administração da Companhia considera que o valor justo equipara-se ao valor contábil, uma vez que para essas operações, o valor contábil reflete o valor de liquidação.

Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia possui uma operação de empréstimo no montante de US\$ 10.000.000 que é impactada pela variação de moeda estrangeira e juros.

A Companhia gerencia esse risco através de instrumentos financeiros derivativos (*Swap*), a fim de proteger as variações entre o dólar americano e o real e a variação da taxa de juros.

A posição do contrato deste instrumento financeiro derivativo com fluxo em aberto em 31 de dezembro de 2020, por vencimento e o valor justo, é demonstrado a seguir:

Modalidade	Banco	Data de Início	Vencimento	Notional USD	Paridade inicial	Resultado (Fair value)
SWAP	JP Morgan	30/09/2020	30/03/2021	10.000.000	5,6300	4.763.018
						<u>4.763.018</u>

Resultado com instrumentos financeiros derivativos

A Companhia efetuou registro dos ganhos e perdas oriundas desta operação no resultado do exercício. Em 31 de dezembro de 2020, os impactos contabilizados no resultado estão demonstrados a seguir:

	31/12/2020
Instrumentos financeiros derivativos não realizados	(4.763.018)
(-) IR e CS Diferidos	1.619.426
Efeito líquido no resultado da Companhia	<u>(3.143.592)</u>

b. Mensuração do valor justo

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor de justo.

Os valores contábeis do caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e fornecedores possuem o valor justo que se aproximam do valor justo.

Em nenhum ano, a Companhia efetuou transferências entre níveis de classificação dos instrumentos financeiros.

c. Gerenciamento de riscos financeiros

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito.
- Risco de liquidez.
- Risco de mercado.
- Risco operacional.

Esta nota explicativa apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Companhia, políticas e processos para a mensuração e o gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações financeiras.

Estrutura do gerenciamento de risco

A Administração tem responsabilidade pelo estabelecimento e pela supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. A Administração reporta-se regularmente aos acionistas sobre as suas atividades.

As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados pela Companhia, a fim de definir limites e controles de riscos apropriados e monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e os sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia, por meio de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendam os seus papéis e obrigações.

Risco de crédito

É o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis de clientes.

A Companhia adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes. A Companhia somente realiza operações com instituições financeiras brasileiras de primeira linha.

A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada cliente. Entretanto, como a atividade-fim da Companhia é caracterizada pela prestação de serviços de embarque por meio de contratos celebrados anualmente e o faturamento é efetuado por meio de embarques individuais, em que são recebidos 50% do valor antes da atracação e 50% cinco dias após a desatracação, este risco acaba sendo eliminado. Outro fator que minimiza este risco é em virtude de esses clientes serem multinacionais de renome e, principalmente, por estes manterem estoque durante todo o ano.

A Companhia trabalha com aproximadamente 70% em contratos assinados para a safra do ano e 30% no mercado “spot” devido à necessidade de outros “players” e à disponibilidade no período. Mesmo assim, essas empresas são clientes que já operaram com o Terminal e que possuem outro Terminal no Porto; porém, a necessidade de mais espaço para cumprir os seus volumes negociados as obriga a contratar espaços “spots” em outros Terminais, obedecendo estas às mesmas regras de pagamento.

Garantias

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a Companhia não possuía garantias cedidas a terceiros.

Risco de liquidez

É o risco em que a Companhia encontrará dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A Companhia utiliza o custeio baseado em atividades para precificar seus serviços, o que auxilia no monitoramento de exigências de fluxo de caixa e na otimização de seu retorno de caixa em investimentos. A Companhia garante que possui caixa à vista suficiente a fim de cumprir com despesas operacionais esperadas para um período de 60 dias, incluindo o cumprimento de obrigações financeiras; isto exclui o impacto potencial de circunstâncias extremas que não podem ser razoavelmente previstas, como desastres naturais.

Risco de mercado

É o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e as taxas de juros, têm nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento do risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, nos parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Risco da taxa de juros:

A Companhia está exposta a riscos relacionados às taxas de juros, em função de empréstimos. A direção da Companhia monitora as flutuações das taxas de juros variáveis atreladas as suas dívidas.

Análise de sensibilidade para instrumentos de taxa variável

Com base no saldo de aplicações financeiras e endividamento, no cronograma de desembolsos e nas taxas de juros dos empréstimos e financiamentos e dos ativos, efetuamos uma análise de sensibilidade de quanto teria aumentado (reduzido) o patrimônio líquido e o resultado do exercício de acordo com os montantes mostrados a seguir. O Cenário I corresponde ao cenário considerado mais provável nas taxas de juros, na data das demonstrações financeiras, sendo que se refere a uma projeção das despesas para os próximos meses. O Cenário II corresponde a uma alteração de 25% nas taxas e o Cenário III corresponde a uma alteração de 50% nas taxas. Separamos os efeitos em apreciação e depreciação nas taxas conforme as tabelas a seguir.

Risco de taxa de juros - Apreciação das taxas

	Exposição		Cenários						
			Provável		Variação do índice em 25%		Variação do índice em 50%		
			em 2020	Risco	%	Valor	%	Valor	%
Instrumentos									
Ativos financeiros									
Aplicações financeiras	34.759.285	CDI	2,75%	955.880	3,44%	1.194.850	4,13%	1.433.821	
Passivos financeiros									
Empréstimo (internacional)	52.303.934	taxa provável	2,50%	1.307.598	3,13%	1.634.498	3,75%	1.961.398	
Total	<u>(17.544.649)</u>			<u>(351.718)</u>		<u>(439.648)</u>		<u>(527.577)</u>	
Impacto no resultado e patrimônio líquido						<u>(87.930)</u>		<u>(175.859)</u>	

	Exposição		Cenários						
			Provável		Variação do índice em 25%		Variação do índice em 50%		
			em 2019	Risco	%	Valor	%	Valor	%
Instrumentos									
Ativos financeiros									
Aplicações financeiras	32.073.491	CDI	5,96%	1.911.580	7,45%	2.389.475	8,94%	2.867.370	
Impacto no resultado e patrimônio líquido						<u>477.895</u>		<u>955.790</u>	

Risco de taxa de juros - Depreciação das taxas

	Exposição		Cenários					
			Provável		Variação do índice em 25%		Variação do índice em 50%	
			em 2020	Risco	%	Valor	%	Valor
Instrumentos								
Ativos financeiros								
Aplicações financeiras	34.759.285	CDI	2,75%	955.880	2,06%	716.910	1,38%	477.940
Passivos financeiros								
Emprestimo (internacional)	52.303.934	taxa provável	2,50%	1.307.598	1,88%	980.699	1,25%	653.799
Total	<u>(17.544.649)</u>			<u>(351.718)</u>		<u>(263.789)</u>		<u>(175.859)</u>
Impacto no resultado e patrimônio líquido						<u>87.930</u>		<u>175.859</u>

	Exposição		Cenários					
			Provável		Variação do índice em 25%		Variação do índice em 50%	
			em 2019	Risco	%	Valor	%	Valor
Instrumentos								
Ativos financeiros								
Aplicações financeiras	32.073.491	CDI	5,96%	1.911.580	4,47%	1.433.685	2,98%	955.790
Impacto no resultado e patrimônio líquido						<u>(477.895)</u>		<u>(955.790)</u>

Análise de sensibilidade da variação cambial

Com base no saldo do instrumento financeiro em moeda estrangeira no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, foram substituídas as taxas de câmbio e calculadas as variações entre o novo saldo em Reais em cada um dos cenários.

A tabela abaixo demonstra os eventuais impactos no resultado na hipótese dos respectivos cenários apresentados para variação cambial:

Passivos financeiros	Risco	Custo médio	indexador	Provável	Possível	Remoto	Possível	Remoto
				31 de dezembro de 2020	USD + 25%	USD + 50%	USD - 25%	USD - 50%
Empréstimos e financiamentos	USD	5,48%	PRÉ / LIBOR	54.825.500	68.531.875	82.238.250	41.119.125	27.412.750
					<u>13.706.375</u>	<u>27.412.750</u>	<u>(13.706.375)</u>	<u>(27.412.750)</u>

As taxas em USD consideradas está com base nas taxas de mercado. Os cenários prováveis foram calculados com apreciação e depreciação dessas respectivas taxas individuais em 25% e 50%, respectivamente.

Risco operacional

É o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento da Companhia. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia.

O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional a fim de evitar a ocorrência de prejuízos financeiros, bem como danos à sua imagem, buscando eficácia na gestão de custos para evitar procedimentos de controle que restrinjam a iniciativa e criatividade.

A principal responsabilidade para o desenvolvimento e a implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à Gerência da Companhia. A responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de padrões gerais da Companhia para a administração de riscos operacionais nas seguintes áreas:

- Exigências para a segregação adequada de funções, incluindo a autorização independente de operações.
- Exigências para a reconciliação e o monitoramento de operações.
- Cumprimento com exigências regulatórias e legais.
- Documentação de controles e procedimentos.
- Exigências para a avaliação periódica de riscos operacionais enfrentados e a adequação de controles e procedimentos para tratar dos riscos identificados.
- Exigências de reportar os prejuízos operacionais e as ações corretivas propostas.
- Desenvolvimento de planos de contingência.
- Treinamento e desenvolvimento profissional.
- Padrões éticos e comerciais.
- Mitigação de risco, incluindo seguro, quando eficaz.

Gestão de capital

A política da Administração é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado, criando a sustentação do desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora os retornos sobre capital, que a Companhia define como resultados de atividades operacionais divididos pelo patrimônio líquido total. A Administração também monitora o nível de dividendos para as acionistas.

Risco de taxas de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas, relativos às oscilações de

taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Com vistas à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca rendimentos conservadores e taxas de juros para operações financeiras com menor custo.

Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro)

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia monitora permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado.

22 Receita operacional líquida

	2020	2019
Receita bruta de serviços prestados	116.255.939	112.898.350
(-) Impostos sobre receita bruta	<u>(16.567.964)</u>	<u>(16.553.134)</u>
Receita operacional líquida	<u><u>99.687.975</u></u>	<u><u>96.345.216</u></u>

23 Custos e despesas por natureza

	2020	2019
Tarifas portuárias	(8.660.432)	(15.327.919)
Aluguel de equipamentos (i)	(3.702.073)	(2.088.356)
Estiva	(9.826.715)	(9.321.124)
Pessoal	(21.672.439)	(19.536.113)
Manutenção	(5.005.983)	(6.379.331)
Gerais	(14.143.814)	(12.186.434)
Serviços prestados por terceiros	(1.409.508)	(1.824.828)
Depreciação	(2.450.798)	(2.404.564)
Amortização de direito de uso	(2.321.158)	(2.286.004)
Tributárias	(67.319)	(75.370)
Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas	(12.777.794)	2.970.343
	<u>(82.038.034)</u>	<u>(68.459.700)</u>

	2020	2019
Custo dos serviços prestados	(57.334.430)	(62.349.996)
Despesas administrativas	(11.925.810)	(9.080.046)
Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas (a)	(12.777.794)	2.970.343
	<u>(82.038.034)</u>	<u>(68.459.700)</u>

(a) Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas

	2020	2019
Projeto expansão (ii)	(13.583.355)	(1.694.759)

Ganhos com processos cíveis (iii)	995.220	5.000.000
Outros	(189.659)	(334.898)
	(12.777.794)	2.970.343

- (i) As despesas com aluguel de equipamentos se referem substancialmente a locação de locomotiva utilizada na descarga, para manobra interna de vagões no montante de R\$ 3.000.347, plataformas elevatórias para manutenções diversas no montante de R\$ 524.935 e outras máquinas e equipamentos de forma esporádica no fluxo das operações no montante de R\$ 176.791. Estes aluguéis não estão no escopo do IFRS16 por se tratar de contratos de baixos valores e de curtíssimo prazo e, desta forma, são registrados no resultado do exercício quando incorridos.
- (ii) As despesas com o Projeto expansão refere-se substancialmente a com a desmobilização de Portainers no montante de R\$ 4.131 mil e TRIMMC vinculados à Prefeitura gastos Municipal de Santos no montante de R\$ 5.854 mil.
- (iii) Referem-se à credito de decisão judicial Fundaf, conforme processo 10166.730250.2020-91 no montante de R\$ 995.220. Em 2019 recebemos o montante de R\$ 5.000.000 referente a indenização de sinistro conforme processo nº 0043294-51.2012.8.26.0562.

24 Resultado financeiro

	2020	2019
Receitas financeiras:		
Rendimento de aplicações financeiras em renda fixa	666.427	1.353.753
Descontos obtidos	2	787
Juros ativos	689.224	157.393
Variações Cambiais ativas	5.751.000	-
	7.106.653	1.511.932
Despesas financeiras:		
Despesas bancárias	(487.538)	(3.440)
Juros passivos	(339.757)	(3.428)
Juros sobre arrendamentos (nota 26)	(2.578.459)	(2.537.462)
Variações Cambiais passivas	(1.418.000)	-
Despesas com derivativos	(4.763.018)	-
	9.586.773	(2.544.330)
	(2.480.120)	(1.032.398)

25 Partes relacionadas

a. Controladoras

A Companhia é controlada em conjunto por Rumo Malha Norte S.A. e Caramuru Alimentos S.A.

b. Saldos e transações

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, assim como as transações que influenciaram o resultado dos exercícios, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem de transações com a Companhia e suas controladoras, as quais foram realizadas para os respectivos tipos de operações:

Os saldos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 são conforme abaixo:

Contas a receber	2020	2019
Caramuru Alimentos S.A.	-	333.763

Total das contas a receber	<u>-</u>	<u>333.793</u>
Contas a pagar	31/12/2020	31/12/2019
Caramuru Alimentos S.A.	138.208	918.032
Rumo Malha Paulista S.A.	101.821	101.821
Total do contas a pagar	<u>240.029</u>	<u>1.019.853</u>
Dividendos a pagar	31/12/2020	31/12/2019
Caramuru Alimentos S.A.	3.851.964	3.851.964
Rumo Malha Norte S.A.	3.851.964	3.851.964
Total dos dividendos a pagar	<u>7.703.929</u>	<u>7.703.929</u>
Total geral	<u>7.943.958</u>	<u>8.723.782</u>

As transações ocorridas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 são conforme abaixo:

Caramuru Alimentos S.A.	2020	2019
Receitas:		
Receita de serviços prestados	<u>21.442.760</u>	<u>25.797.878</u>
Total das receitas de serviços prestados	<u>21.442.760</u>	<u>25.797.878</u>
Custos dos serviços prestados e despesas operacionais:		
Custos e despesas com operação portuária + Rateio CSC	<u>(2.772.203)</u>	<u>(4.104.648)</u>
Total dos custos e despesas operacionais	<u>(2.772.203)</u>	<u>(4.104.648)</u>
Rumo Malha Paulista S.A. & Elevações Portuárias S.A.	31/12/2020	31/12/2019
Custos dos serviços prestados e despesas operacionais:		
Despesas com aluguel de locomotiva	(3.122.135)	(1.425.493)
Rateio de custos CSC Intragrupo	<u>(3.114.274)</u>	<u>(596.916)</u>
Total dos custos e despesas operacionais	<u>(6.236.410)</u>	<u>(2.022.409)</u>

c. Remuneração da Administração

Em 2020, a remuneração do pessoal-chave da Administração totalizou R\$ 720.972 (R\$ 565.776 em 2019) e inclui salários e benefícios variáveis.

d. Compromissos contratuais com partes relacionadas

A Companhia foi contratada por Caramuru Alimentos S.A. para prestação de serviços de armazenagem, embarque de grãos para exportação em sistema de pool no terminal da contratada, localizada no Porto de Santos, de um volume estimado de 695.000 toneladas de Farelo de Soja, com tolerância de 10% para mais ou menos do contratado. A quantidade total contratada foi embarcada em 31 de dezembro de 2020, considerando o percentual de tolerância previsto no contrato.

26 Arrendamento mercantil

a. Arrendamentos como arrendatário CPC 06(R2)

Considerando os requisitos da norma, a partir de 1º de janeiro de 2019, a Companhia reconheceu despesas de depreciação e juros dos arrendamentos, anteriormente registradas como despesas de arrendamento operacional. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Companhia reconheceu R\$ 2.321.158 de depreciação (R\$ 2.286.004 em 31 de dezembro de 2019) e R\$ 2.578.459 (R\$ 2.537.462 em 31 de dezembro de 2019) de juros destes arrendamentos.

A Companhia é arrendatária de uma área localizada no Porto de Santos de aproximadamente 45.000 metros quadrados, onde suas instalações estão edificadas.

O contrato de arrendamento possui prazo de vigência até outubro de 2050.

A Companhia também é arrendatária de quatro Pás Carregadeiras e Escavadeira utilizadas para auxiliar no escoamento dos produtos que são embarcados.

Todas as cláusulas restritivas do contrato de arrendamento operacional vêm sendo plenamente atendidas pela Companhia.

(i) *Ativos de direito de uso*

A movimentação do direito de uso, foi a seguinte:

Saldo em 31 de dezembro de 2018	-
Adoção Inicial	34.287.156
Remensuração	2.585.738
Amortização	(2.286.004)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	<u>34.586.890</u>
Composição	
Valor do custo	36.872.894
Amortização acumulada	(2.286.004)
Imobilizado líquido	<u>34.586.890</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2019	34.586.890
Remensuração do Contrato de Arrendamento	2.068.386
Amortização	(2.321.158)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	34.334.118

Composição

Valor do custo	38.941.280
Amortização acumulada	(4.607.162)
Imobilizado líquido	34.334.118

(ii) Passivo de arrendamento

A movimentação do passivo de arrendamento, foi a seguinte:

Saldo em 31 de dezembro de 2018	-
Adoção Inicial	34.287.156
Remensuração de contratos	2.585.738
Pagamento de principal	(2.537.462)
Pagamento de juros	(1.450.073)
Juros provisionados	2.537.462
Saldo em 31 de dezembro de 2019	35.422.821
Passivo circulante	3.915.415
Passivo não circulante	31.507.406
Saldo em 31 de dezembro de 2019	35.422.821
Remensuração de contratos	2.068.386
Pagamento de principal	(2.578.459)
Pagamento de juros	(1.543.708)
Juros provisionados	2.578.459
Saldo em 31 de dezembro de 2020	35.947.499
Passivo circulante	4.220.106
Passivo não circulante	31.727.393

Como descrito acima, a Companhia adotou como taxa de desconto dos passivos de arrendamento a sua taxa incremental de 7,36%, que é calculada como uma taxa básica de juros nominal prontamente observável, ajustada pelo risco de crédito da Companhia, aos prazos dos contratos de arrendamento e a natureza e qualidade de possíveis garantias a serem oferecidas.

De acordo com a legislação tributária vigente, a Empresa tem o direito de tomar créditos de PIS e Cofins sobre o fluxo de pagamentos para liquidação do seus passivos de arrendamento. O potencial crédito a ser tomado com base nesses fluxos de pagamentos em 31 de dezembro de 2020 é de cerca de R\$ 3.325.144 (R\$ 3.276.910 em 31 de dezembro de 2019).

(iii) Opções de prorrogação

Alguns arrendamentos de propriedades contém opções de prorrogação exercíveis pela Companhia até um ano antes do final do período do contrato não cancelável. Sempre que possível, a Companhia procura incluir opções de extensão em novos arrendamentos para fornecer flexibilidade operacional. As opções de extensão mantidas são exercíveis apenas pela Companhia e não pelos arrendadores. A Companhia avalia na data do início do arrendamento se é razoavelmente certo o exercício das opções de extensão. A Companhia reavalia se é

razoavelmente certo o exercício das opções se houver um evento significativo ou mudanças significativas nas circunstâncias que estejam sob seu controle.

27 Aspectos ambientais

A Companhia considera que suas instalações e atividades estão sujeitas às regulamentações ambientais. A Companhia diminui os riscos associados com assuntos ambientais, por procedimentos operacionais e investimentos em equipamento de controle de poluição e sistemas, que são procedimentos técnicos/ operacionais. A administração da Companhia acredita que nenhuma provisão para perdas relacionadas a assuntos ambientais é requerida atualmente, baseada nas atuais leis e regulamentos em vigor.

28 Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

Em 31 de dezembro de 2020, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composta por R\$ 147.860.000 (R\$ 146.860.000 em 31 de dezembro de 2019), referindo-se a danos materiais, responsabilidade civil com a apólice de Operador Portuario com cobertura de R\$ 154.050.000 e Danos Físicos a Bens Móveis e Imóveis, com cobertura de R\$ 25.200.000.

* * *

Antônio Ismael Ballan
Diretor de operações

Joaquim Carlos Sepulveda
Diretor Superintendente

Ademilson Vitorino Alves
Contador
CRC 1PR 031013/O “T” SP